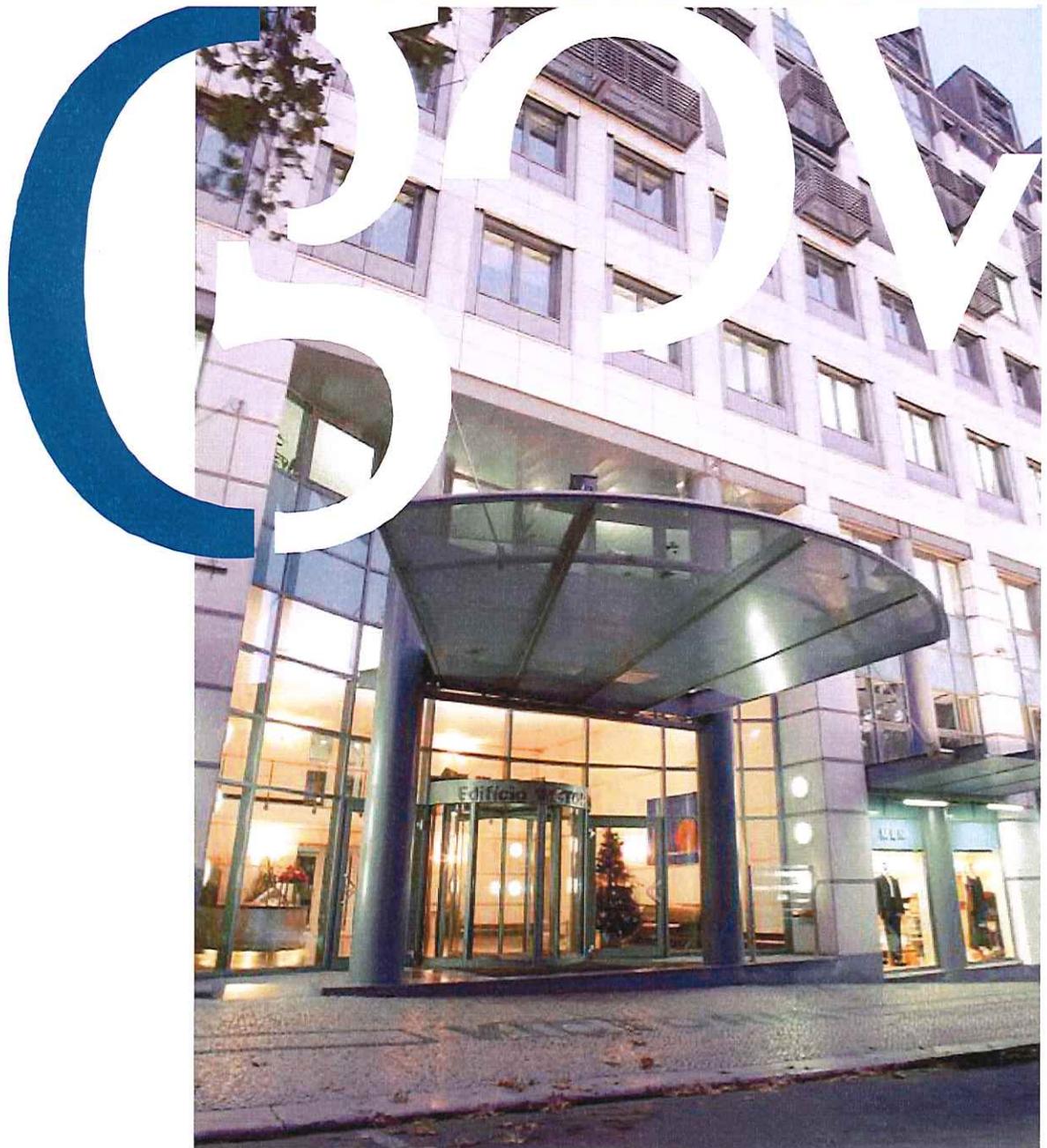


RELATÓRIO DE GESTÃO 2020



Direção

António Sarmento Gomes Mota – Presidente

Duarte Maria de Almeida e Vasconcelos Calheiros – Vice-Presidente

Alexandre Cardoso Correia da Mota Pinto - Vogal

Clara Patrícia Costa Raposo - Vogal

Clementina Maria Dâmaso de Jesus Silva Barroso - Vogal

José Costa Pinto - Vogal

Vera Pinto Pereira - Vogal

Mesa da Assembleia Geral

Daniel Proença de Carvalho – Presidente

Inês Maltez Fernandes – Secretária

Conselho Fiscal

Manuel Ramos de Sousa Sebastião – Presidente

Jorge Manuel de Sousa Marrão – Vogal

Paulo Fernando Bandeira – Vogal

Conselho Geral

Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa (Presidente)

Banco BIC Português, S.A. (representado por José de Azevedo Pereira)

Banco BPI, S.A. (representado por Alexandre Cardoso Martha de Lucena e Vale)

Banco Comercial Português, S.A. (representado por Ana Isabel Pina Cabral)

Beatriz Pessoa de Araújo

Caixa Geral de Depósitos, S.A. (representada por Paulo Macedo)

CTT - Correios de Portugal, S.A. (representados por Margarida Couto)

EDP – Energias de Portugal, S.A. (representada por Luís Amado)

EDP Renováveis, S.A. (representada por Acácio Jaime Liberato Mota Piloto)

Esmeralda da Silva Santos Dourado

Galp Energia, S.A. (representada por Carlos Costa Pina)

João Afonso Ramalho Sopas Pereira Bento

Luís Fernando de Mira Amaral

Luís Manuel Pêgo Todo Bom

Manuel Maria Simões Nunes Agria

Maria Luísa Falcão Líbano Monteiro Antas

NOS, SGPS, S.A. (representada por António Lobo Xavier)

Novo Banco, S.A. (representado por Luísa Soares da Silva)

Pharol, SGPS S.A. (representada por Luís Maria Viana Palha da Silva)

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (representada por José Luís Arnaut)

Semapa, SGPS, S.A. (representada por Carlos Eduardo Coelho Alves)

Vítor Augusto Brinquete Bento

Senhores Associados

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a Direção submete à apreciação de V. Exas o Relatório de Gestão do IPCG – Instituto Português de Corporate Governance relativo ao exercício de 2020 e as Contas respeitantes ao mesmo período.

1. Introdução

A estrutura deste relatório, para além de destacar os três pilares que têm constituído o quadro de referência da atividade do IPCG, a saber, o Código de Governo das Sociedades, a ação formativa e a disseminação do conhecimento, tem inevitavelmente de ter um capítulo inicial sobre a crise pandémica e o seu impacto nas atividades do Instituto.

2. A crise pandémica

A crise pandémica eclodiu na segunda metade do mês de março e teve logo como primeiro impacto o adiamento da 5ª edição do Programa Avançado para Administradores não Executivos que se iria iniciar dentro de alguns dias. Na sequência das orientações governamentais, toda a atividade corrente do IPCG passou a centrar-se no regime de teletrabalho que, com alguns períodos de exceção, foi o *modus operandi* generalizado durante todo o ano de 2020. Nesta mesma linha se iniciou, a partir de abril, um ciclo de *webinars* temáticos à volta do tema COVID-19, da reação das empresas a análise de impactos diversos, nomeadamente a nível do *corporate governance*. Os *webinars*, na ordem de uma dezena, registaram um excelente acolhimento e contribuíram para a visibilidade da atuação do Instituto.

Nos pontos seguintes, sempre que apropriado, far-se-á referência aos impactos da crise pandémica nas atividades do IPCG.

3. Código de Governo das Sociedades

No ano de 2020 os emitentes publicaram, pela segunda vez, os respetivos relatórios de governo societário no quadro da vigência do Código de Governo das Sociedades. Neste contexto, o ano de 2020 representou a consolidação do processo de monitorização do Código. Os resultados divulgados pela Comissão de Acompanhamento e Monitorização do Código (CAM) evidenciaram uma evolução bastante positiva do grau de acolhimento do código relativamente aos resultados do ano anterior, não deixando de continuar a evidenciar várias áreas

de melhoria. Neste processo de monitorização continuaram a ser produzidos relatórios individuais para as entidades emittentes, que assim puderam dispor de um elemento importante de aferição para uma evolução futura do nível de cumprimento do código. Neste âmbito importa ainda sublinhar, tal como já se tinha verificado no ano anterior, um diálogo muito aberto e construtivo com todas as entidades emittentes, que possibilitou múltiplos esclarecimentos recíprocos e aprofundando o clima de confiança sempre importante para o bom funcionamento e consolidação da implementação do código. Os resultados da monitorização foram publicamente apresentados em novembro, o que representou uma antecipação de algumas semanas relativamente ao ano anterior.

A nível de monitorização, importa ainda sublinhar um marco importante, a adesão da Caixa Geral de Depósitos ao código, a primeira entidade não cotada que o faz e que se quis sujeitar tal como as demais entidades cotadas ao mesmo processo de monitorização. Esta adesão teve ainda o mérito de evidenciar o carácter abrangente do código que, com as devidas adaptações, pode ser adotado por entidades não cotadas que, assim, demonstram uma inequívoca vontade de se regerem por princípios de boas práticas de governo societário.

Em 2020, e para além da consolidação do processo de monitorização, verificou-se também um outro momento importante, a primeira revisão do código, relativamente cirúrgica, e que fundamentalmente se circunscreveu a introduzir alguns ajustamentos resultantes da experiência colhida do primeiro processo de monitorização e ainda de alterações do enquadramento legal que deixaram de tornar necessários alguns itens do código.

4. Ação formativa

A ação formativa do IPCG continuou muito centrada no Programa Avançado para Administradores não Executivos. Como já se referiu e devido à eclosão da crise pandémica, a edição de 2020, inicialmente prevista para março, teve de ser adiada. Tendo-se entendido que a ação, a realizar-se, deveria sempre ser num formato presencial, teve de se dividir a edição, que estava lotada, em duas sub-edições. A primeira já se conseguiu realizar em novembro de 2020 e a segunda está projetada para maio de 2021. Relativamente à primeira sub-edição, com 14 participantes, 6 (mais de 40%) quiseram submeter-se ao exame final de avaliação, condição para a obtenção de um diploma de aprovação e não meramente de frequência.

5. Disseminação do conhecimento

5.1. Conferências e seminários

Como já se referiu, o IPCG, após a eclosão da crise pandémica, iniciou um ciclo de *webinars*, que se prolongou até junho e que se designou de “A GOVERNANCE, AS EMPRESAS E OS IMPACTOS DO COVID – 19” abrangendo um diversificado conjunto de temas, nomeadamente:

- “O impacto do COVID-19 na governance empresarial”, com Pedro Maia, Prof. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- “A gestão empresarial de uma crise inesperada: o caso dos CTT”, com João Bento, CEO dos CTT
- “O COVID-19 E as dimensões financeira e de mercado”, com Miguel Stilwell de Andrade, CFO da EDP e José Pedro Pereira da Costa, CFO da NOS
- “O COVID-19 e o sistema bancário: o caso Millenniumbcp” com Miguel Maya, CEO do Millenniumbcp
- “Uma visão mais institucional, política e estratégica sobre o COVID-19”, com Luís Amado, Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP e Raúl Galamba, Chairman dos CTT
- “O COVID-19 e as empresas com forte presença internacional: o caso Corticeira Amorim”, com António Rios Amorim, CEO da Corticeira Amorim
- “O COVID-19 e a gestão e supervisão do risco: o caso Galp”, com Carlos Costa Pina, Administrador Executivo da Galp e José Alves, Presidente do Conselho Fiscal da Galp
- “A segurança de sistemas, informação e proteção de dados: respostas ao COVID-19”, com António Martins da Costa, Administrador Executivo da EDP e Maria João Carioca, Administradora Executiva da CGD
- “Corporate governance and the “COVID era! – issues, challenges and opportunities”, com Beatriz Araújo, Partner, Head of Governance Group, Baker and McKenzie, Ludo Van der Heyden, Emeritus Professor of Corporate Governance no INSEAD, Nelson Silva, Senior Advisor de diversas empresas e Pedro Rebelo de Sousa, Sócio da SRS

No último trimestre do ano retomou-se a realização dos *webinars*, desta vez com um ciclo designado de “Os desafios do corporate governance num novo mundo normal”, destacando-se:

- “Introdução ao ciclo os desafios do *corporate governance* num novo mundo normal”, com Gabriela Figueiredo Dias, Presidente da CMVM

- “Política de remunerações da administração: realidades, desafios e impactos da pandemia”, com João Talone, Partner da Magnum Capital, Paulo Simões, Partner da Egon Zehnder e Rodrigo Costa, CEO da REN
- “A função de fiscalização no novo mundo normal”, com Alberto de Castro, Chairman da Altri, João Carvalho das Neves, Vice-presidente da Comissão de Matérias Financeiras da EDP e Manuel Sebastião, Presidente da Comissão de Auditoria da REN

Por outro lado, o IPCG estabeleceu um conjunto de parcerias com outras entidades na realização de webinars temáticos, com destaque para:

- “On Purpose” em parceria com a Egon Zehnder
- “Corporate Governance: Como reforçar a resiliência do negócio e o acesso a investidores num mundo mais digital” em parceria com a EURONEXT LISBON e a SRS
- “Governance e as Dimensões de Auditoria e Compliance: A Visão da Função de Fiscalização” em parceria com o Instituto Português de Auditoria Interna

Durante 2020, o IPCG associou-se ainda ao lançamento de dois livros, “The Value Killers”, da autoria de Nuno Fernandes e “Empresas Orientadas para os Shareholders e Empresas Orientadas para os Stakeholders” da autoria de Carlos Alves.

5.2. Bases de dados

Um outro domínio em que o IPCG tem procurado desenvolver uma presença ativa é na disponibilização de informação relevante sobre o governo das sociedades. Neste domínio avulta:

- a compilação de todos os relatórios de governo societário publicados pelas sociedades emittentes em 2019 e 2020 (e assim se continuará nos anos seguintes) no que se crê tratar-se de base de dados única em Portugal;
- As versões atuais dos códigos de governo societário de países de referência em matéria de *corporate governance*.

6. Relações institucionais

O IPCG manteve um diálogo permanente com as autoridades governamentais e de supervisão e em particular procurando responder sempre que foi consultado em matérias relacionadas com o governo societário. De igual modo se manteve um relacionamento próximo com a AEM e com a EURONEXT, visando contribuir para o desenvolvimento e dinamização do mercado de capitais nacional.

7. Relações com Associados

O IPCG procurou manter um diálogo muito ativo com todos os seus associados, coletivos e individuais, não só os convidando para participar em todas as iniciativas organizadas ou coorganizadas pelo IPCG, como ainda informando-os de várias iniciativas promovidas por outras entidades e que, tendo alguma ligação com as temáticas a que o IPCG está ligado, este se disponibiliza como um agente ativo das mesmas.

Noutra perspetiva, em 2020 procedeu-se a uma significativa regularização do conjunto de sócios individuais, tendo sido eliminados, após uma última tentativa de regularização da situação, todos aqueles que há vários anos tinham deixado de pagar as suas quotas. Neste processo registou-se, com satisfação, que um razoável número de sócios quiseram regularizar a sua condição de associados do IPCG.

A nível de associados coletivos a generalidade das empresas associadas manteve-se nessa condição e com o pagamento pontual da quota, que muito importa sublinhar, pois a conjuntura era bem desfavorável para vários associados, contribuindo, assim, para que o IPCG possa ter mantido uma situação financeira equilibrada.

8. Organização e recursos

Na sequência da crise pandémica e da experiência vivida ao longo de particularmente 9 meses de 2020, concluiu-se que deveria haver um esforço de racionalização de meios para responder a uma conjuntura mais difícil e exigente. Assim, e no final de 2020, reduziu-se de 2 para 1 pessoa o quadro de pessoal permanente e igualmente se diminuiu o espaço das instalações arrendadas que, a par com a renegociação do contrato, possibilitou uma razoável redução dos custos das instalações, sem perda de funcionalidade e de manutenção de uma

sala de reunião para 12 pessoas. Adquiriram-se também os necessários meios informáticos para otimizar, sempre que necessário, o regime de teletrabalho.

A nível do site do Instituto, introduziu-se uma funcionalidade importante que possibilita agora, com toda a facilidade, a adesão online de um novo sócio ou a alteração dos dados de um sócio atual.

9. Análise económica e financeira

Os rendimentos ascenderam a 214.435,00 EUR, o que representa uma redução de 13,10 % relativamente aos rendimentos de 2019. Para esta redução contribuíram em especial o corte de 50 % que fomos obrigados a fazer nas inscrições para o Programa Avançado para Administradores não Executivos, não obstante termos pedidos de participação semelhantes aos anos anteriores, estes cortes resultaram da necessidade de adotarmos medidas sanitárias resultantes da pandemia associada ao COVID-19.

As quotizações de associados tiveram um acréscimo de 6.220,00 EUR, correspondentes a 3,5 % fruto de admissões de novos associados, não obstante a regularização de quotas referida no ponto 7 atrás. Em relação aos gastos referimos em especial os relacionados com o pessoal, que incluíram grande parte do ano uma colaboradora admitida em meados de 2019, que cessou funções em novembro de 2020, por força da redução que tivemos de efetuar nos efetivos do Instituto, como consequência da pandemia.

Relativamente a outros gastos teve um acréscimo de 4.265,51 EUR, reflexo em especial da já referida regularização de quotas.

O resultado do exercício antes de impostos é de 17.100,35 EUR, com um decréscimo de 13,3 % em relação ao exercício anterior, resultante da situação atrás descrita.

A situação financeira do Instituto continua sólida e estável com disponibilidades na ordem de 138.000 EUR, que representa uma margem de segurança relevante para a prossecução dos seus objetivos.

Nestes termos, propõe-se que o resultado líquido apurado, de 15.847,65 EUR, seja acrescido ao Fundo Social.

10. Agradecimentos

A Direção do IPCG agradece, reconhecidamente, o apoio que tem permanentemente recebido dos seus associados, coletivos e individuais.

Foi também muito importante o apoio e orientação e conselho do seu Conselho Geral, do seu Presidente Pedro Rebelo de Sousa e ainda do Conselho Consultivo.

Uma palavra de muito apreço pelo irrepreensível relacionamento tido com o Conselho Fiscal e pela disponibilidade sempre demonstrada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral assim como pelo respetivo secretário da mesa.

Finalmente, um agradecimento, merecido, à dedicação e profissionalismo da Dra. Ana Rita Vieira da Silva, adjunta da Direção do IPCG.

Lisboa, 16 de abril de 2021

A Direção

A.V.D. 

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

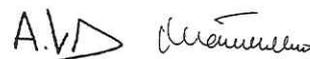
Unidade monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31.12.2020	31.12.2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	3 927,17	3 825,56
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	5	187,24	66,99
		4 114,41	3 892,55
Ativo corrente			
Créditos a receber	6	5 748,98	121,41
Estado e outros entes públicos	12	18,20	84,75
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	7	6 684,99	13 110,00
Diferimentos	8	12 333,18	6 475,68
Caixa e depósitos bancários	9	138 324,51	103 388,06
		163 109,86	123 179,90
Total do Ativo		167 224,27	127 072,45
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	10	109 344,94	89 680,86
Resultado líquido do exercício	10	15 847,65	19 664,08
Total dos Fundos patrimoniais		125 192,59	109 344,94
PASSIVO			
Passivo não corrente			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	11	1 354,34	5 664,31
Estado e outros entes públicos	12	3 082,15	4 977,11
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	7	1 160,00	395,01
Diferimentos	8	26 950,00	50,00
Outros passivos correntes	13	9 485,19	6 641,08
		42 031,68	17 727,51
Total do Passivo		42 031,68	17 727,51
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		167 224,27	127 072,45

O Contabilista Certificado
N.º 7939



A Direção

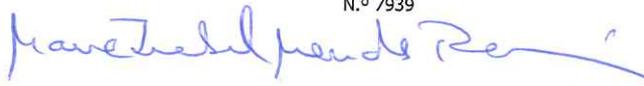


**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

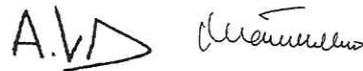
Unidade monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	EXERCÍCIOS	
			2020	2019
(+)	Vendas e serviços prestados	14	214 435,00	246 767,50
(-)	Custo das vendas e dos serviços prestados		0,00	0,00
=	Resultado bruto		214 435,00	246 767,50
(+)	Outros rendimentos	7-17	630,18	361,60
(-)	Gastos administrativos	15-16	-184 460,29	-208 955,89
(-)	Outros gastos	5-7-18	-13 504,54	-18 451,03
=	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		17 100,35	19 722,18
=	Resultados antes de impostos		17 100,35	19 722,18
(-/+)	Imposto sobre o rendimento do exercício	4-12	-1 252,70	-58,10
=	Resultado líquido do exercício	10	15 847,65	19 664,08

O Contabilista Certificado
N.º 7939



A Direção



**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

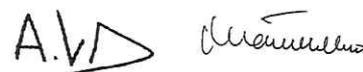
Unidade monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	EXERCÍCIOS	
			2020	2019
(+)	Vendas e serviços prestados	14	214 435,00	246 767,50
(-)	Fornecimentos e serviços externos	15	-126 264,97	-165 347,88
(-)	Gastos com o pessoal	16	-58 195,32	-43 608,01
(-/+)	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7	600,00	-2 300,00
(+/-)	Aumentos/reduções de justo valor	5	0,00	0,39
(+)	Outros rendimentos	17	30,18	311,21
(-)	Outros gastos	18	-12 249,07	-7 983,56
=	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		18 355,82	27 839,65
(-/+)	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-1 255,47	-8 117,47
=	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		17 100,35	19 722,18
=	Resultado antes de impostos		17 100,35	19 722,18
(-/+)	Imposto sobre o rendimento do exercício	4-12	-1 252,70	-58,10
=	Resultado líquido do exercício	10	15 847,65	19 664,08

O Contabilista Certificado
N.º 7939



A Direção



**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

Unidade monetária: Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE		
		Fundos	Resultado líquido do exercício	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2019	10	73 675,54	16 005,31	89 680,86
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO				
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		16 005,32	-16 005,31	-
		16 005,32	-16 005,31	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			19 664,08	19 664,08
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2019	10	89 680,86	19 664,08	109 344,94
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2020	10	89 680,86	19 664,08	109 344,94
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO				
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		19 664,08	-19 664,08	-
		19 664,08	-19 664,08	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			15 847,65	15 847,65
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2020	10	109 344,94	15 847,65	125 192,59

O Contabilista Certificado
N.º 7939



A Direção



Instituto Português de Corporate Governance

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

UNIDADE MONETÁRIA €

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2020	2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes	238 395,19 €	242 826,49 €
Pagamentos a fornecedores	-140 942,58 €	-160 038,58 €
Pagamentos ao pessoal	-60 115,03 €	-42 461,59 €
Caixa gerada pelas operações	37 337,58 €	40 326,32 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-18,20 €	-99,07 €
Outros recebimentos/pagamentos	-915,53 €	-5 825,18 €
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	36 403,85 €	34 402,07 €
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-1 357,08 €	-10 673,73 €
Activos intangíveis	0,00 €	-540,95 €
Investimentos financeiros	-120,25 €	-66,60 €
Juros e rendimentos similares	9,93 €	15,00 €
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-1 467,40 €	-11 266,28 €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	0,00 €	0,00 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	34 936,45 €	23 135,79 €
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	103 388,06 €	80 252,27 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	138 324,51 €	103 388,06 €
	0,00 €	0,00 €

O Contabilista Certificado

N.º 7939

Francisco de Paula Mendes Reis

A Direção

A.V.D. Almeida

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM

31.DEZEMBRO.2020

(Valores expressos em Euros)

NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Instituto Português de Corporate Governance é uma Associação de direito privado, fundada em 15 de Junho de 2004, pessoa coletiva com o número 506 665 909, com sede social na Avenida da Liberdade, n.º 196, 6.º piso, em Lisboa, que tem como objeto estatutário a investigação e divulgação dos princípios de Corporate Governance podendo para o efeito desenvolver todas as atividades adequadas a tal fim.

NOTA 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, e de acordo com a estrutura conceptual e as normas contabilísticas e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo, aplicáveis no exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade da atividade, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, de acordo com a NCRF para entidades do sector não lucrativo.

b) Especialização dos exercícios

O Instituto Português de Corporate Governance segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios relativamente à generalidade das rubricas das Demonstrações Financeiras. Nesse sentido, a quotização de associados e outros rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento.

c) Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis

Os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis estão contabilizados ao custo de aquisição, deduzidos de depreciações e amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações e amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, por referência ao início do exercício em que os ativos estão disponíveis para utilização, e dentro dos limites das taxas estabelecidas para fins fiscais, as quais se considera traduzirem satisfatoriamente a vida útil esperada.

As taxas de depreciação e amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida estimada:

	Anos de <u>vida útil</u>
Programas de computador	1 a 3
Equipamento administrativo	1 a 8

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros, contribuições para os FCT/FGCT, são contabilizados pelo seu justo valor.

e) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros do Instituto são mensurados ao custo ou ao custo amortizado quando apresentam as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização acumulada, usando o método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre a quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Estão incluídos nesta categoria:

- 1- Os Clientes e Associados, mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade;
- 2- Caixa e depósitos bancários, incluindo depósitos à ordem e a prazo, são mensurados ao custo amortizado, o qual não difere do seu valor nominal;
- 3- Outros ativos financeiros, incluindo “Estado e Outros Entes Públicos” e “Créditos a receber” mensurados ao custo amortizado, o qual corresponde normalmente ao seu valor nominal; e
- 4- Outros passivos financeiros, incluindo “Outros passivos correntes”, mensurados ao custo amortizado, o qual corresponde normalmente ao seu valor nominal.

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de apuramento de perdas por imparidade em cada data de relato. Os ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Os Associados com quotas em atraso superiores a quatro ou mais anos são integralmente provisionados, sendo as perdas por imparidade registadas na rubrica “Perdas por imparidade” da demonstração dos resultados.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e se essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Imparidades de dívidas a receber”.

f) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes sobre o rendimento (IRC) são calculados de acordo com a legislação e taxas aplicáveis, tendo em consideração o enquadramento jurídico e legal atribuído ao Instituto Português de Corporate Governance.

NOTA 4 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Nos termos preconizados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), o Instituto Português de Corporate Governance configura um sujeito passivo do imposto, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, auferindo rendimentos não sujeitos a IRC, como sejam as quotas pagas pelos seus associados, bem como os subsídios destinados à realização dos seus fins estatutários (Artigo 54.º, n.º 3 do CIRC).

As declarações fiscais ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam.

O IRC foi calculado de acordo com a legislação e taxas aplicáveis em vigor. De acordo com o número 3 do Artigo 11.º do CIRC, foram considerados como rendimentos sujeitos a tributação as formações, os rendimentos suplementares resultantes da venda de publicações e dos juros obtidos de depósitos a prazo.

NOTA 5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS E INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações e amortizações acumuladas, foi o seguinte:

2020

Rubricas	Ativos fixos Tangíveis	Ativos Intangíveis
Ativos		
Saldo inicial	19 377,86	7 669,74
Aquisições	1 357,08	0,00
Saldo final	20 734,94	7 669,74
Depreciações e amortizações acumuladas		
Saldo inicial	15 552,30	7 669,74
Depreciações e amortizações do exercício	1 255,47	0,00
Saldo final	16 807,77	7 669,74
Ativos líquidos	3 927,17	0,00

A aquisição de ativo fixo tangível em 2020 corresponde à compra de SONICWALL FIREWALL SSL VPN para assegurar o regime de teletrabalho.

2019

Rubricas	Ativos fixos Tangíveis	Ativos Intangíveis
Ativos		
Saldo inicial	8 704,13	9 628,79
Aquisições	10 673,73	540,95
Abates	0,00	-2 500,00
Saldo final	19 377,86	7 669,74
Depreciações e amortizações acumuladas		
Saldo inicial	8 061,68	9 542,89
Depreciações e amortizações do exercício	7 490,62	626,85
Abates	0,00	-2 500,00
Saldo final	15 552,30	7 669,74
Ativos líquidos	3 825,56	0,00

A aquisição do ativo fixo tangível de 2019 corresponde a material informático para integração de uma nova colaboradora e mobiliário para nova sala de reunião do Instituto.

2020

Investimentos financeiros - Fundo Compensação Trabalho	
Ativos	
Saldo inicial	66,99
Aquisições	120,25
Aumento por justo valor	0,00
Saldo final	187,24

Os investimentos financeiros correspondem ao fundo de compensação da funcionária que cessou o contrato em Novembro de 2020. Por motivos de cessação do contrato, foi solicitado reembolso em Dezembro de 2020.

2019

Investimentos financeiros - Fundo Compensação Trabalho	
Ativos	
Saldo inicial	0,00
Aquisições	66,60
Aumento por justo valor	0,39
Saldo final	66,99

NOTA 6 - CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, os movimentos de créditos a receber apresentavam-se da seguinte forma:

2020

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final
Créditos a Receber:				
Clientes	0,00	4 900,00	0,00	4 900,00
Adiantamentos a fornecedores	78,74	1 200,00	-429,76	848,98
Outros acréscimos de rendimentos	42,67	0,00	-42,67	0,00
	121,41	6 100,00	-472,43	5 748,98

O valor de clientes corresponde ao valor a receber referente ao curso a administrar em Maio de 2021.

2019

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final
Créditos a Receber:				
Adiantamentos a fornecedores	219,03	9 029,40	-9 169,69	78,74
Outros acréscimos de rendimentos	105,00	42,67	-105,00	42,67
	324,03	9 072,07	-9 274,69	121,41

NOTA 7 – ASSOCIADOS - ATIVO E PASSIVO E IMPARIDADE

ATIVO

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, os movimentos com associados, apresentavam-se da seguinte forma:

Associados						
	31/12/2020			31/12/2019		
Descrição	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Ativos						
Associados	7 934,99	1 250,00	6 684,99	28 560,00	15 450,00	13 110,00
Total do ativo	7 934,99	1 250,00	6 684,99	28 560,00	15 450,00	13 110,00

PASSIVO

Associados				
	31/12/2020		31/12/2019	
Descrição	Passivos financeiros mensurados ao custo	Total	Passivos financeiros mensurados ao custo	Total
Passivos				
Associados	1 160,00	1 160,00	395,01	395,01
Total do passivo	1 160,00	1 160,00	395,01	395,01

IMPARIDADE

Perdas por Imparidade Acumuladas					
Descrição	31/12/2020				
	Saldo inicial	Aumentos	Utilizações	Reversões	Saldo final
Associados	15 450,00	0,00	-13 600,00	-600,00	1 250,00
	15 450,00	0,00	-13 600,00	-600,00	1 250,00

Perdas por Imparidade Acumuladas					
Descrição	31/12/2019				
	Saldo inicial	Aumentos	Utilizações	Reversões	Saldo final
Associados	15 550,00	2 350,00	-2 400,00	-50,00	15 450,00
	15 550,00	2 350,00	-2 400,00	-50,00	15 450,00

Em 21 de outubro de 2020, foi aprovado em reunião de direção, a regularização das quotas em atraso e o cancelamento automático da inscrição dos sócios que não demonstraram interesse em manter a sua filiação.

NOTA 8 – DIFERIMENTOS – ATIVO E PASSIVO

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, estas rubricas têm a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Gastos a reconhecer		
Rendas e alugueres	2 152,00	2 649,13
Serviços especializados	3 883,98	2 539,12
Seguros	154,04	162,23
Reuniões Conferências (Org. Eventos)	3 335,00	0,00
Material de Escritório	94,24	0,00
Descontos e abatimentos - Inscrições de Cursos	1 592,50	0,00
Outros	1 121,42	1 125,20
TOTAL VALORES ATIVOS	12 333,18	6 475,68
Ganhos a reconhecer		
Quotizações	0,00	50,00
Promoções para captação de recursos - Inscrições de Cursos	26 950,00	0,00
TOTAL VALORES PASSIVOS	26 950,00	50,00

A Rubrica “Promoções para captação de recursos - Inscrições de Cursos” refere-se à 5ª edição do programa avançado para administradores não executivos que se realizará em Maio de 2021.

NOTA 9 - CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Caixa	395,36	752,17
Depósitos à ordem	137 929,15	42 635,89
Depósitos a prazo	0,00	60 000,00
Total dos depósitos bancários	137 929,15	102 635,89
TOTAL	138 324,51	103 388,06

NOTA 10 – FUNDOS PATRIMONIAIS

O movimento nos Fundos Patrimoniais é apresentado na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

Os Fundos Patrimoniais são constituídos pelos resultados de exercícios anteriores, correspondendo essencialmente às jóias e quotas de associados deduzidos dos custos do Instituto Português de Corporate Governance. De seguida é apresentada a sua evolução por anos:

Descrição	Valor
Constituído no Exercício de 2004	1 300,00
Constituído no Exercício de 2005	20 281,72
Constituído no Exercício de 2006	30 032,90
Constituído no Exercício de 2007	46 135,61
Constituído no Exercício de 2008	-9 128,22
Constituído no Exercício de 2009	7 470,39
Constituído no Exercício de 2010	2 711,10
Constituído no Exercício de 2011	-40 479,65
Constituído no Exercício de 2012	4 712,36
Constituído no Exercício de 2013	-7 647,77
Constituído no Exercício de 2014	1 271,72
Constituído no Exercício de 2015	-25 286,16
Constituído no Exercício de 2016	21 378,18
Constituído no Exercício de 2017	20 923,36
Constituído no Exercício de 2018	16 005,32
Constituído no Exercício de 2019	19 664,08
Total dos Fundos	109 344,94
Resultado líquido do exercício de 2020	15 847,65
Total dos Fundos Patrimoniais	125 192,59

NOTA 11 - FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
LIFT Consulting - Consultores de Comunicação, S.A.	0,00	4 920,00
110 - Pleximyng, Lda.	0,00	615,00
GMTWO - Gestão Imobiliária e Consultoria	615,00	0,00
Deloitte Corporate Finance, S.A.	615,00	0,00
Outros Fornecedores	124,34	129,31
TOTAL VALORES PASSIVOS	1 354,34	5 664,31

NOTA 12 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS – ATIVO E PASSIVO

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Retenções de Terceiros	18,20	84,75
TOTAL VALORES ATIVOS	18,20	84,75
IRC – Autoliquidação	1 252,70	58,1
Retenção IRS Trabalho Dependente	445	1 200,00
Retenção IRS Trabalho Independente	275	1 342,25
Retenção IRC Prediais	435,45	533,95
Contribuições Segurança Social	674	1 830,81
Contribuições FCT/FGCT	0	12
TOTAL VALORES PASSIVOS	3 082,15	4 977,11

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, o Instituto Português de Corporate Governance não apresenta dívidas em situação de mora.

NOTA 13 – OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Outros Passivos Correntes		
Honorários	307,50	0,00
Remunerações a pagar	3 570,18	3 566,08
Deslocações e Estadas	140,00	0,00
Trabalhos Especializados-auditoria	3 099,60	3 075,00
Trabalhos Especializados- 5ª Edição	2 263,50	0,00
Comunicação	104,41	0,00
TOTAL VALORES PASSIVOS	9 485,19	6 641,08

NOTA 14 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Quotas dos associados	180 870,00	174 650,00
Promoção para captação de recursos	34 300,00	76 147,50
Descontos e abatimentos	-735,00	-4 030,00
TOTAL	214 435,00	246 767,50

Por motivos da pandemia a direção decidiu repartir em 2 ações o curso do programa avançado para administradores não executivos. Assim, no que respeita à 5ª edição, a 1ª ação ocorreu em Novembro de 2020 e a 2ª ação irá ocorrer em Maio de 2021.

NOTA 15 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Trabalhos Especializados	59 218,75	71 086,60
Publicidade e Propaganda	0,00	2 337,00
Vigilância e Segurança	0,00	1 396,11
Honorários	24 392,40	33 929,96
Reuniões Conferências (Org. Eventos)	5 654,00	15 044,64
Livros e Documentação Técnica	220,41	0,00
Material de Escritório	1 156,44	2 114,84
Deslocações e Estadas	1 332,85	7 225,93
Rendas e Alugueres	32 086,25	30 070,82
Comunicação	1 572,60	1 147,59
Contencioso e Notariado	143,73	50,00
Outros Serviços	487,54	944,39
TOTAL	126 264,97	165 347,88

Relativamente à rubrica de “Trabalhos especializados”, houve um decréscimo que se deveu essencialmente a dois fatores:

- Em 2019, foi contratada uma empresa especializada para efetuar o recrutamento e seleção de uma nova colaboradora.
- Em 2020 devido à situação pandémica, a 5ª edição do programa avançado para administradores não executivos, foi dividida em 2 ações, a 1ª ação ocorreu em 2020 e a 2ª está previsto ocorrer em 2021.

O decréscimo na rubrica de “Honorários”, deve-se ao término dos serviços de consultoria.

A rubrica de “Reuniões Conferências (Org. Eventos)”, apresenta um decréscimo. Em 2019 realizou-se a apresentação presencial do Relatório Anual de Monitorização e para o efeito foi contratado os serviços de empresas especializadas ao nível da comunicação e organização do evento.

NOTA 16 - GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Remunerações dos órgãos sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	44 745,12	31 430,50
Encargos patronais para a Segurança Social	8 773,12	6 361,21
Remunerações para férias e subsídio de férias	3 570,18	3 566,08
Seguro para Acidentes de Trabalho	423,05	322,03
Formação do Pessoal	270,00	1 722,00
Higiene, Segurança no Trabalho	297,66	134,69
Medicina no Trabalho	115,91	71,50
TOTAL	58 195,32	43 608,01

Os órgãos diretivos e sociais do Instituto, não auferem qualquer remuneração fixa, de acordo com os Estatutos do Instituto.

A média de funcionários dependentes ao serviço do Instituto é de 2.

NOTA 17 - OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Direitos de Autor	20,19	218,98
Excesso da estimativa para impostos	0,00	5,96
Outros não especificados	0,06	28,60
Juros obtidos de depósitos	9,93	57,67
TOTAL	30,18	311,21

NOTA 18 - OUTROS GASTOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Impostos	984,85	5 825,18
Dívidas Incobráveis	5 850,00	100,00
Correções relativas a períodos anteriores	1 473,54	0,00
Donativos	500,00	528,60
Quotizações	2 503,78	1 379,78
Multas e Penalidades	936,90	150,00
TOTAL	12 249,07	7 983,56

NOTA 19 – ENTIDADES RELACIONADAS

O Instituto Português de Corporate Governance não participa em qualquer entidade.

Informa-se que relativamente ao Programa Avançado para Administradores não Executivos 5.ª edição, foram docentes os membros dos Órgãos Sociais que a seguir referenciamos:

Da Direção

Professor Doutor António Gomes Mota (Presidente)

Doutor Alexandre Mota Pinto (Vogal)

Do Conselho Fiscal

Professor Manuel Ramos de Sousa Sebastião (Presidente)

Mais se informa que, o Doutor Jorge Manuel de Sousa Marrão (Vogal do Conselho Fiscal), é Partner da Deloitte Portugal, empresa auditora do IPCG.

NOTA 20 - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Direção em 16 de Abril de 2021.

Lisboa, 16 de Abril de 2021

O Contabilista Certificado n.º 7939

A Direção